

ATA DA REUNIÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPORTES - COMUTRAN

Aos 10 de dezembro de 2013, às 19:30h, no auditório da Companhia Petropolitana de Trânsito e Transportes - CPTRANS, localizado na Rua Alberto Torres, 115, Centro, Petrópolis, RJ, ocorreu a décima segunda reunião ordinária do COMUTRAN – Conselho Municipal de Transportes no ano de 2013, sendo a mesma secretariada, excepcionalmente, pelo diretor-presidente da CPTRANS, com auxílio da funcionária Márcia Kraus que se encarregou de realizar as principais anotações e registros do encontro. A pauta, tempestivamente encaminhada aos membros do Conselho e publicada no Diário Oficial do Município, foi a seguinte: 1) Discussão e fechamento da minuta de Projeto Lei que cria o COMUTRAN; 2) Apresentação dos resultados da pesquisa de mobilidade; 3) Informe sobre as reuniões do GT plano de mobilidade urbana; 4) Aprovação da ata da reunião do mês de novembro de 2013; 5) Assuntos Gerais. Constatando-se junto ao livro a presença de tantos conselheiros quantos bastem para o quorum necessário, o Sr. Gilmar de Oliveira, Diretor Presidente da CPTRANS e Presidente do COMUTRAN, deu início à reunião. Com a palavra, o Presidente do COMUTRAN passou ao item 01 da Pauta, “*Discussão e fechamento sobre da minuta de Projeto de Lei que cria o COMUTRAN*”, solicitando que os Conselheiros se manifestassem a respeito do material entregue na reunião anterior e encaminhado também por e-mail, contendo as minuta de Lei e de decreto, sendo este do regimento interno. A primeira manifestação se deu por intermédio do Conselheiro Álvaro Bastos, representante da OAB. Segundo Álvaro, a composição da Sociedade Civil, prevista no artigo 3º da minuta inciso I, deveria possuir cadeira permanente para a OAB e para o CREA, sob a justificativa de que a primeira presta valioso serviço à sociedade na defesa da Lei e do equilíbrio das relações institucionais, sobretudo entre os interesses público e particular. No caso do CREA, entende que esta entidade poderia ser mais contributiva com o CONSELHO, no assessoramento de questões de natureza técnica. As composições apresentadas por Álvaro se contrapõem à proposta inicial que prevê três novas vagas para a sociedade civil: ciclistas, motofretistas e usuários do transporte coletivo. Houve diversas manifestações contrárias e favoráveis, sendo prevalente a decisão em favor de manter-se a proposta inicial. O Conselheiro Paulo Martins argumentou que compreende a importância das instituições encaminhadas pelo Conselheiro Álvaro Bastos, mas entende que o processo

eletivo previsto na Conferência Municipal de Trânsito e Transportes (CMTT) coloca 12 (doze) assentos à disposição das entidades civis e demais interessados. Lembrou ainda a legitimidade conferida ao processo de escolha por este meio e que a OAB, por exemplo, é uma das entidades mais votadas e sempre fez parte da composição do Conselho. Prosseguindo, fez uso da palavra o Conselheiro Roberto Rizzo, que se mostrou preocupado com a possibilidade de ausência das entidades civis previstas, sobretudo em função da natureza paritária do Conselho. Defendeu que deveria ter algum dispositivo na minuta de Lei para assegurar a substituição e/ou suplência na hipótese da falta de manifestação de uma ou mais entidades, que poderiam ser a OAB e o CREA, por exemplo. Foi sugerido pelo representante da UCP, Luciano e também pelo presidente do COMUTRAN, que diante desta hipótese, na primeira reunião ordinária de cada mandato, as entidades civis com assento permanente, previstas no inciso I do Art. 3º da Minuta de Projeto de Lei, poderiam ser substituídas, naquele mandato, por entidades escolhidas pela plenária do Conselho. Após intenso debate com posicionamentos favoráveis e contrários, foi decidido que um dispositivo com essa previsão seria inserido no texto, mantendo-se, portanto, a relação original de entidades da sociedade civil. Sergio Mattos (UDAM) e Cláudia Ribeiro (Secretaria de Educação) defenderam a introdução de um parágrafo com esta previsão. Não havendo outras divergências a respeito do texto da Minuta de Projeto de Lei, foi a mesma aprovada pela plenária e o texto será remetido ao gabinete do prefeito para revisão jurídica e posterior encaminhamento à Câmara Municipal. Com a palavra o presidente do COMUTRAN solicitou a manifestação dos Conselheiros a respeito da Minuta de decreto que estabelece o Regimento Interno do Conselho. Pelo Conselheiro Roberto Rizzo foi feita a proposição de que a alternância da composição da mesa diretora seja pré-definida. Paulo Martins reforçou a proposta, acrescentando que em outros conselhos municipais o primeiro e o último ano de mandato do governo municipal são presididos pela sociedade civil organizada e que esta ordem poderia ser prevista no texto do regimento. Passando a palavra aos demais conselheiros, a decisão majoritária foi favorável a esta alteração, sendo a mesma introduzida no Artigo 2º da minuta de decreto. Prosseguindo, o Conselheiro Paulo Martins trouxe uma contribuição para ser acrescida ao parágrafo segundo do Artigo 3º, com o propósito de definir com mais clareza as três vertentes de manifestação do Conselho, que poderiam ser na forma de RESOLUÇÃO, RECOMENDAÇÃO E EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS. A proposição foi devidamente justificada pelo Conselheiro e o texto do

dispositivo, impresso, foi entregue ao presidente do COMUTRAN e a decisão aprovada por unanimidade pela plenária. Passando ao item 02 da pauta, “**2) Apresentação dos resultados da pesquisa de mobilidade**”; foi dada a palavra ao Rodrigo Xavier, assessor de planejamento da Secretaria de Planejamento e Urbanismo, que apresentou os resultados da pesquisa realizada no dia 22 de setembro, durante celebração do “Dia Mundial sem Carro”. Rodrigo caracterizou o contexto da pesquisa, destacando que não foi uma pesquisa elaborada com base em uma metodologia científica, mas um diagnóstico preliminar, realizado na área central da cidade, com a finalidade de conhecer um pouco as opiniões da população a respeito das condições de mobilidade urbana no Município. Rodrigo apresentou *slides* com os principais resultados da pesquisa, destacando análises interessantes e que indicam, em síntese, a reconhecimento da importância do transporte coletivo, a necessidade de criar infraestrutura para pedestres e ciclistas e que o congestionamento do trânsito é um dos maiores problemas da cidade. Falou ainda que no próximo ano a Prefeitura pretende realizar uma pesquisa mais abrangente, em diversas regiões da cidade e com procedimento metodologia pré-definido, servindo assim como um instrumento dos indicadores do programa cidades sustentáveis. Agradeceu a oportunidade e foi agraciado pelos Conselheiros. Passando ao item 03 da pauta, “**Informe sobre as reuniões do GT plano de mobilidade urbana**”, foi dada a palavra aos Conselheiros Paulo Martins, Luciano Moreira e Roberto Rizzo, integrantes do Grupo de Trabalho (GT), que expuseram os resultados das reuniões realizadas durante o mês de novembro. Foi proposto pelo GT, e apresentado à plenária, uma minuta de documento a ser encaminhado ao poder executivo municipal, relatando a importância do Plano de Mobilidade Urbana para Petrópolis e a urgência de viabilizar os recursos financeiros necessários para a elaboração dos inventários, diagnósticos, análises e projetos. O documento apresenta também uma sugestão de possíveis fontes de recursos que poderiam ser remanejadas no orçamento municipal, a critério do poder executivo, para serem destinadas à elaboração do Plano de Mobilidade. Luciano lembrou ainda que se trata de um documento elaborado com a finalidade de contribuir com o poder executivo na busca da melhor alternativa econômica para viabilizar a realização dos estudos. Embora aprovado, o GT achou mais conveniente realizar uma nova revisão do texto, submetê-lo à apreciação do CONCIDADE e por fim encaminhá-lo ao poder executivo subscrito por todos os membros presentes na próxima reunião ordinária do COMUTRAN, o que foi prontamente aceito por todos. O grupo

lembrou o horizonte máximo o mês de abril de 2015, ocasião em que o Plano deverá estar aprovado, na forma de Lei. A plenária aprovou a proposta de encaminhamento feita pelo GT. Quanto ao item 04 da pauta, “*Aprovação da ata da reunião do mês de novembro de 2013*”, os membros do COMUTRAN, por unanimidade, aprovaram os termos da ata encaminhada previamente para análise. Passando ao item 05, “*assuntos gerais*”, nada foi deliberado. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja ata segue assinada pelo Presidente, devendo ser aprovada na próxima reunião ordinária e publicada posteriormente na internet.

GILMAR SILVA DE OLIVEIRA

Presidente